

Documentos sobre o Cimi são falsos, diz CNBB

E d. Luciano promete processar o jornal "O Estado de S. Paulo" pelas denúncias publicadas

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, deve entrar com uma ação de responsabilização penal contra o jornal "O Estado de S. Paulo" nos próximos dias. A ação contestará reportagens, publicadas nos dias 9, 11, 12, 13 e 14 de agosto, sobre as atividades do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à CNBB. "Os documentos apresentados na matéria são falsos. Foram fraudados", disse ontem d. Luciano, durante o debate "Exploração Mineral em Terras Indígenas", promovido pela Fundação Pedrosa Horta, órgão de estudos do PMDB, presidido pelo senador Severo Gomes (São Paulo).

"Espanta-me que um jornal como esse tenha se prestado a publicar uma matéria fantasiosa", afirmou d. Luciano durante o debate, que durou mais de três horas. Segundo ele, o jornal assumiu "os interesses das empresas de mineração em detrimento das populações indígenas". Na tarde de ontem, o bispo se reuniu com advogados para estudar a ação judicial que pretende mover contra

o jornal. Nenhum dos cinquenta constituintes presentes ao debate, na Comissão de Finanças do Senado, contestou d. Luciano.

D. Luciano pediu a "instalação imediata" de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as "denúncias" do jornal. A CPI já havia sido solicitada, na semana passada, pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB—São Paulo), que classificara de "graves" as acusações feitas no jornal "O Estado de S. Paulo". Embora presente ao debate, Cardoso Alves não falou em nenhum momento e saiu antes do término.

O deputado Nelson Aguiar (PMDB—Rio Grande do Sul) vai propor a convocação do ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, para depor na CPI. "Afinal, ele disse que tinha conhecimento das denúncias do jornal", disse. Aguiar vai sugerir ainda que o escritor Délcio Monteiro de Lima, autor do livro "Os demônios descem do norte", também deponha. O escritor faz uma série de acusações contra empresas mineradoras



D. Luciano fala no Senado sobre o caso Cimi

em seu livro, lançado há menos de um mês.

DENÚNCIAS

Na série de reportagens publicadas no jornal "O Estado de S. Paulo", o Cimi aparece como integrante de uma suposta conspiração internacional visando restringir a soberania do Estado brasileiro sobre as áreas indígenas. Segundo as informações do jornal, o Cimi estaria recebendo dinheiro de multinacionais para tentar evitar a exploração de determinados minérios em terras indígenas, beneficiando, desta forma, mineradoras que exploram os mesmos minérios em outros países.

"Todos nós defendemos a soberania nacional. Mas enquanto houver minérios em outras áreas, não se deve tocar nas terras indígenas. Quero ver tocada a terra de um grande pecuarista de São Paulo. Por que essa soberania não tem sido defendida em outras áreas?", questionou d. Luciano, recebendo aplausos. Constituintes eleitos com o apoio da

Igreja, como o senador Ronan Tito (PMDB—Minas), Irma Passoni (PT—São Paulo) e Plínio de Arruda Sampaio (PT—São Paulo), apoiaram d. Luciano.

Para contestar a veracidade das informações publicadas pelo jornal, d. Luciano disse que os três principais documentos apresentados foram "fraudados". Segundo ele, o Cimi não é vinculado ao Conselho Mundial de Igrejas e também não o representa. O secretário-geral do Conselho, Emílio Castro, negou, em telex enviado ao Cimi, que a entidade seja a autora do documento identificado como "Diretriz Brasil nº 4 — ano 0", onde são sugeridos métodos de atuação aos missionários.

Uma carta, assinada pelo secretário executivo do Cimi, também foi fraudada, segundo d. Luciano. "Além de falsificada, ela é fantasiosa", disse. E, por último, uma ata de reunião do Cimi também seria falsa. Nela constam, de acordo com o bispo, nomes como irmão José ou irmão Antônio. "Nós não usamos esse tratamento em nossas conversas", afirmou d. Luciano.